

## **ARTIGOS PUBLICADOS**



## A Escola Como Património Da Comunidade

A conservação e manutenção são definidas, conforme manual do Parque Escolar, como atividades que compreendem todas as ações ou intervenções que se realizam de uma forma conjunta, encadeada e metódica, por técnicos com a adequada competência técnica. Têm o objetivo de manter em condições semelhantes às do projeto, ou definidas pelo Parque Escolar, todos os activos que compõem as instalações da escola ou edifício escolar.

Neste contexto, pode ser possível concluir que a conservação e a manutenção é uma questão apenas da responsabilidade dos técnicos. E de facto, é-o. Mas não exclusivamente. Vejamos:

A manutenção assume várias formas e tem natureza diferente, consoante cada situação específica. Existem ações de “grande manutenção”, que é sistemática, ações de “manutenção funcional e correctiva”, que assumem carácter pontual e a chamada “manutenção preventiva”.

A manutenção preventiva é a efetuada de modo sistemático de acordo com critérios prescritos, que visam reduzir a degradação, perda ou falha dos activos, sendo ordenada segundo critérios predeterminados em função da normal utilização e degradação natural das infra estruturas e equipamentos, tendo em atenção a sua vida útil.

Já a manutenção corretiva pontual que não faz parte do planeamento de manutenção, visa restabelecer as condições normais de funcionamento dos equipamentos quando a degradação e/ou destruição dos mesmos decorra de actos de vandalismo e ainda os que não resultem do desgaste corrente ou uso razoável e apropriado aos fins a que se destina o edifício escolar.

Ora, sem prejuízo das manutenções, serem especificamente uma questão de técnicos, é bom de ver, que a manutenção corretiva pontual, pode ter causas não naturais e não técnicas ou seja tem características e natureza diversa.

Excluindo os atos deliberados de vandalismo, que sempre os haverá pontualmente, o uso anormal, desadequado ou não respeitador das normas de bom uso, têm muito a ver com a existência dum compromisso voluntário da comunidade escolar nesse sentido.

Mais do que medidas repressivas de responsabilização (que devem continuar a existir, claro) o enfoque principal deverá vigorar ao nível da consciencialização da necessidade de cumprimento de padrões de uso adequados.

Isto implica apelar para formação de “sentimentos de pertença” por parte da comunidade escolar, ou seja a noção que os edifícios escolares constituem uma referência colectiva, precisamente porque servem um objectivo valioso em termos de valores sociais de uma sociedade moderna.

A boa funcionalidade e para isso é necessária a boa utilização dos equipamentos e do património escolar, encontra-se em última instância, dependente do papel dos professores, alunos e outros intervenientes da comunidade escolar.

Esta prática e cultura de compromisso tem de ser essencialmente voluntária. Para tanto, a realização de programas de formação nas comunidades escolares, a sua participação na própria gestão de preservação e inventariação dos ativos da escola, a sua consciencialização dos custos incorridos e dos custos a incorrer em resultado de más práticas, afigura-se fundamental.

Neste âmbito, não há medidas legislativas que suplantem ou supram a vontade da comunidade. Ou se praticam as acções necessárias à criação duma cultura de preservação – que notoriamente não existe na nossa comunidade escolar – ou os gastos com a manutenção e conservação dos equipamentos tornam-se insustentáveis.

É necessário que todos se sintam responsáveis pelo espaço escolar. Ajudar a manter a integralidade física e cultural da escola leva o individuo a legitimar o seu papel na comunidade, valoriza o sentimento de pertença a um grupo, reafirma os valores e faz com que todos vejam a escola como um património da comunidade.

(Texto inserido no âmbito do Projeto de I&D – O envolvimento da comunidade educativa na manutenção do património escolar)

In <http://oje.pt/a-escola-como-patrimonio-da-comunidade/>

**Carolina Lourenço**

**Fundação GDR**

## Manutenção do património escolar: a importância da comunidade

03 de Junho de 2015



Desde 2007, ano em que foi aprovado o Programa de Modernização Destinado ao Ensino Secundário (RCM 1/2007 de 3/01), foi realizado um avultado investimento na reabilitação e construção nova em mais de duas centenas de estabelecimentos de ensino.

Não foi concebido propriamente uma escola tipo, mas o modelo de escola adoptado inclui seis grandes áreas de intervenção: Núcleo de Ciência e Tecnologia e/ou Artes; Núcleo de Biblioteca/Centro de Recursos e de Conhecimento e Memória (espaço museológico); Espaço Escola (Espaço Estudante, Espaço Professor, Loja Escolar e Espaço Alimentação); Abertura à Comunidade; Conforto Térmico e Acústico, Eficiência e Auto – suficiência Energética; Modelo de Gestão em Fase de Funcionamento.

Este programa, sem dúvida ambicioso, implicou e continua a reclamar níveis de financiamento significativos, para a sustentabilidade das intervenções efectuadas.

De facto, quer para as escolas recentemente reabilitadas e construídas, quer para as restantes milhares de escolas, com tutela central, municipal ou particular, é fundamental a existência de programas de manutenção e conservação de edifícios e equipamentos escolares.

Esses programas e manuais, claro que existem, mas há que saber se também existem os meios de todo o tipo necessários para os executar. Ou seja, existem no papel, mas estarão a ser implementados?

A manutenção e conservação das escolas, tanto poderão ser realizadas pelas próprias entidades proprietárias ou detentoras dos edifícios, como executadas por entidades terceiras especializadas em tal atividade.

O que não é possível preterir, é o envolvimento e contribuição de toda a comunidade educativa, na gestão e preservação do património escolar. E nesse âmbito, pouco está feito e muito há a realizar.

Através de vários inquéritos, realizados pelas próprias promotoras e gestoras dos estabelecimentos de ensino ou por entidades independentes, verifica-se que – ultrapassado o período sempre conturbado das obras – existe, por parte da comunidade educativa, um grau de satisfação relevante em relação à funcionalidade e qualidade dos novos espaços e equipamentos escolares e à melhoria das condições de conforto, qualidade do ar e acústica. Mas os mesmos inquéritos realçam também que a comunidade escolar deseja o estabelecimento de uma dinâmica de relacionamento, que permita otimizar a gestão e manutenção dos espaços escolares após as intervenções de que foram alvo.

De facto, se no âmbito das intervenções estritamente técnicas, a questão central é o seu financiamento, dadas as limitações orçamentais, já no que respeita à participação da comunidade escolar na manutenção, preservação e conservação do património escolar, há um longo caminho a percorrer.

As centenas de regulamentos e manuais sobre esta matéria permitem concluir que, actualmente, a parte dedicada à participação da sociedade civil é meramente programática, restringida à enumeração de princípios, direitos e questões de cidadania, que sendo justificados e úteis, não resultam na verdade em qualquer intervenção prática e efectiva da comunidade escolar nesse desiderato.

O primeiro interessado no bom funcionamento da escola é a comunidade que ela serve e também é essa comunidade que, em primeiro lugar, poderá detetar os problemas existentes e propor, assim, a sua correção. Por conseguinte, a participação da comunidade é imprescindível e de fundamental importância para que os cidadãos se considerem também responsáveis pelo ambiente escolar, colaborando activamente na integridade física da escola. Ou seja, assumindo que a escola é património da comunidade.

Esta lacuna nos nossos hábitos colectivos terá de ser superada. Cumpre encontrar o modo de motivar esta participação e implantar uma cultura de consciencialização e conjugação de esforços para melhorar os padrões de utilização e qualidade do património escolar. O projeto pedagógico também depende dessas premissas e não apenas de aspetos curriculares.

**Anabela Pouseiro, jurista**

*\*Texto inserido no âmbito do Projeto de I&D – O envolvimento da comunidade educativa na manutenção do património escolar*

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES Afirmar que a preservação do espaço, do mobiliário e dos materiais é um sinal de respeito a todos que frequentam a escola e fazem dela lugar de ensino, aprendizagem, convívio e crescimento não merece seguramente qualquer controvérsia. Já conseguir que este objetivo seja atingido ou, no mínimo, muito melhorado em relação aos padrões atuais é uma tarefa que importa levar a cabo com muita determinação, com procedimentos inovadores e sobretudo com uma muito maior participação dos utilizadores. A generalidade dos regulamentos internos das escolas ou agrupamentos de escolas incluiu sempre declarações preambulares de princípios entre os quais a noção de que “a escola atual deve ser um local não só de aprendizagem mas também de sã convivência”

### **A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA PERSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES**

Afirmar que a preservação do espaço, do mobiliário e dos materiais é um sinal de respeito a todos que frequentam a escola e fazem dela lugar de ensino, aprendizagem, convívio e crescimento, não merece seguramente qualquer controvérsia.

Já conseguir que este objectivo seja atingido, ou no mínimo muito melhorado em relação aos padrões actuais, é uma tarefa que importa levar a cabo com muita determinação, com procedimentos inovadores e sobretudo com uma muito maior participação dos utilizadores.

A generalidade dos Regulamentos internos das escolas ou Agrupamentos de escolas incluiu sempre declarações preambulares de princípios entre os quais a noção que “a escola actual deve ser um local, não só de aprendizagem, mas também de sã convivência. Para que tal aconteça e para que a escola possa dar respostas de qualidade às aspirações dos jovens e respectivas famílias, é necessária a colaboração de todos os intervenientes no processo educativo, de uma forma contínua, solidária e responsável”.

Mas serão suficientes as declarações de princípio? Como se pode traduzir na pratica este envolvimento da comunidade educativa?

Se analisarmos em detalhe os Regulamentos em vigor, verifica-se que são considerados agentes da comunidade educativa, os alunos, os pais, os professores e os funcionários escolares. A cada grupo são atribuídos direitos e deveres e estão estabelecidos alguns mecanismos de participação. Mas serão suficientes? Vejamos:

Em conjunto e no que respeita à manutenção e conservação a comunidade escolar tem o direito de “exigir que a escola seja um espaço de bem-estar, nomeadamente quanto a segurança higiene e embelezamento”, mas no que se refere aos deveres, para além da genérica obrigação de cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, os deveres confinam-se à sua contribuição “para a higiene e embelezamento “ da escola.

No que se refere aos alunos está prevista uma obrigação também genérica de “zelar pela preservação, conservação e asseio da escola, fazendo uso adequado dos mesmos”. No que respeita aos professores, as obrigações nesta matéria são de “obrigação de reporte” de

anomalias. Aos funcionários cumpre cuidar da “limpeza e arrumação” e aos pais, está inscrito o dever de “responsabilizar-se pelos danos materiais causados pelos seus educandos”.

Não se questionando a razoabilidade destes deveres, os mesmos afiguram-se de tal modo genéricos ou tão localizados e dirigidos essencialmente às questões de higiene e limpeza, que não se pode daqui extrair a existência de alguma “cultura de conservação” no seio da comunidade escolar.

Para rentabilizar no presente e no futuro, o enorme esforço de investimento feito em Portugal na modernização e reabilitação do património escolar, há naturalmente que ampliar estes direitos e deveres e implementar uma cultura de verdadeira participação da comunidade educativa.

Este objectivo implica nomeadamente a participação efectiva e não meramente programática da comunidade escolar na integridade física e cultural dos espaços escolares. Uma medida fundamental neste sentido, será enquadrar o usufruto nos espaços escolares por parte das comunidades locais, em acções de várias índoles.

O princípio da co-responsabilização pelo zelo e conservação dos espaços escolares, deve implicar igual co-participação na definição, métodos, medidas e práticas da manutenção dos espaços.

A manutenção e conservação do património escolar, não é uma matéria exclusivamente técnica. E mesmo na parte em que é eminentemente técnica, a comunidade educativa deve estar suficientemente informada – o que só é eficaz com participação – de quais são as acções técnicas a desenvolver e como os actos de uso, as boas práticas e uma “ cultura de preservação” pode otimizar essa manutenção, com proveito para toda a comunidade.

Talvez nunca como hoje, os cidadãos estiveram tão elucidados sobre o facto de serem os últimos destinatários (pagadores) de más práticas ou praticas despesistas na gestão do património que é de toda a comunidade.

Nunca, como agora, numa altura de escassez de recursos e meios, existe a oportunidade de sensibilizar a comunidade educativa para participar efectivamente na preservação do património reabilitado ou construído nos anos mais recentes.

A alteração de legislação e regulamentos nesta sede, mas sobretudo a capacitação dos agentes envolvidos, vais ser um desafio que se tem de vencer, pois não haverá oportunidade sequer a médio prazo, de voltar a repor as valências em equipamento e instalações introduzidos em muitas escolas nos anos mais recentes. E ninguém quer seguramente voltar a um ambiente escolar fisicamente caduco e degradado.

**José Manuel Oliveira Antunes, Fundação GDR**

*\*Texto inserido no âmbito do Projecto de I&D – O envolvimento da comunidade educativa na manutenção do património escolar*

## **WORKSHOPS ONLINE**



# Fundação GDR, Guilhermina de Deus Ramos

sexta-feira, 26 de junho de 2015


## Workshop On Line: A participação da comunidade educativa na preservação do património escolar.

Como interessar e fazer participar a comunidade educativa na manutenção e preservação do património escolar.

A comunidade é a grande responsável e guardiã de seus valores culturais. O património cultural pertence à comunidade que produziu os bens culturais que o compõem. Não se pode pensar em proteção, senão no interesse da própria comunidade, a qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania. Para preservar o património é necessário, inicialmente, conhecê-lo através de inventários e pesquisas realizadas pelos órgãos de preservação, em conjunto com as comunidades. A utilização dos meios de comunicação e do ensino formal e informal para a educação e informação das comunidades, visando desenvolver o sentimento de valorização dos bens culturais e reflexão sobre as dificuldades de sua preservação, é um fator determinante para o sucesso da preservação.

A escola é um local ideal para a prática da valorização e defesa do património, pois possui todas as condições específicas para um desiderato satisfatório num processo de defesa dos bens patrimoniais e ambientais. Para tanto, necessário se torna que a escola desenvolva práticas pedagógicas voltadas para o reconhecimento do valor do património e da sua valorização ativa e consciente. No ambiente escolar é decisivo realizar actividades que envolvam toda a sua comunidade educativa, em espaço intra e extraescolar.

Publicada por Fundação GDR, Guilhermina de Deus Ramos à(s) 17:31

 Recomendar este URL no Google

## 6 comentários:



**Anônimo** 29 de junho de 2015 às 18:33

Concordo que este Workshop tem muita importância.

José Maria

[Responder](#)

### Respostas



**Anônimo** 30 de junho de 2015 às 23:56

Entendo como objectivos mínimos a cumprir na relação entre os alunos e a escola o seguinte:

- Praticar bons hábitos de higiene e respeitar o trabalho dos outros para manter essa higiene
  - Preservar o património escolar e o ambiente de um modo geral
  - Respeitar os docentes, funcionários e os outros alunos na sua individualidade
  - Colaborar na manutenção e bom uso dos equipamentos disponíveis na escola
- Nas relações entre os pais e a escola são objectivos a alcançar:
- Contactos frequentes com os docentes
  - Colaborar em actividades extracurriculares
  - Estimular uma cultura de respeito nos seus filhos e responsabilizar-se pelos danos provocados pelos educandos, resultantes de condutas incorrectas.

Helena Nunes

[Responder](#)



**Anônimo** 1 de julho de 2015 às 23:19

A inclusão social é um factor determinante para promover a participação da comunidade na manutenção do património da escola.

Sem uma escola democrática, aberta a todas as pessoas numa perspectiva colaborativa, não é possível rentabilizar o potencial humano nas actividades da escola e na sua preservação.

Os novos caminhos e processos de reestruturação da escola têm como base a autonomia, a

### Acerca de mim

**Fundação GDR, Guilhermina de Deus Ramos**

[Ver o meu perfil completo](#)

### Arquivo do blogue

▼ 2015 (2)

▼ Junho (2)

[Workshop On Line: Regulamentação em vigor e a gest...](#)

[Workshop On Line: A participação da comunidade edu...](#)

especificidade e a identidade de cada projecto educativo. O projecto educativo, tem necessariamente de incluir institucionalmente os deveres e os direitos de toda a comunidade na defesa e conservação do património.

Alfredo Soares

[Responder](#)



**Anónimo** 6 de julho de 2015 às 11:46

Como já tive ocasião de afirmar, entendo que o conceito "comunidade educativa" contém duas asserções: uma, remete para o grupo de indivíduos que partilham interesses comuns; outra está mais focada na situação geográfica, sendo entendida como área de vizinhança. Embora distintos, os conceitos interligam-se quando os interesses do grupo interagem com os interesses da localidade.

Hoje em dia o conceito é geralmente tomado nessa forma mais alargada, pois não só a escola tem interesse em colaborar com a comunidade envolvente, atraindo públicos e saberes diversos, como esta, cada vez mais, se aproxima dos benefícios que a escola pode proporcionar, quer em termos do usufruto das suas instalações, quer em termos de melhoria da qualidade de vida dos ambientes socio-culturais de proximidade.

Sabemos que hoje em dia cada vez mais a escola tem recursos logísticos que as vizinhanças não possuem, pelo que é nela que vão recorrer para colmatar necessidades; por exemplo, a utilização de ginásios, campos de jogos, bibliotecas, e mesmo salas para eventos é cada vez mais solicitada às escolas, que contratualizam com as instituições da área formas e horários de utilização, por vezes a troca de pagamentos.

Ora se a oferta de utilização serve de um recurso de financiamento, faz todo o sentido que haja uma atenção redobrada na sua manutenção.

Contudo, não devemos esquecer que a manutenção do parque escolar está dependente da administração(local ou nacional) e que muito daquilo que é preciso fazer para preservar não depende da decisão dos utentes.

Esta realidade não obsta, claro, a que se desenvolvam praticas internas de cuidado e atenção, e que haja, nos programas educativos dos currículos em vigor, uma consciencialização para a temática

[Responder](#)



**Anónimo** 6 de julho de 2015 às 11:48

Nota sobre o depoimento anterior: devido a um erro de interpretação dos procedimentos, esqueci-me de assinar o meu depoimento. Corrijo agora.

ana roque

[Responder](#)



**Anónimo** 8 de julho de 2015 às 16:38

Faça-se muito em "deveres" e "direitos" mas educa-se pouco em "deveres e direitos". Embora haja uma narrativa muito cerrada sobre os aspectos comportamentais, e sobre relações interpessoais, quanto se avança do mais particular para o mais geral, as coisas começam a diluir-se. Depois há ainda uma cultura do que "eu devo fazer" e do "isso não é comigo"; não devo atirar papéis para o chão, mas apanhar papéis do chão é tarefa dos serviços de limpeza, ou seja, "não é comigo". Passa-se mais ou menos o mesmo quando se fala de manutenção: há coisas mínimas que se podem fazer , mas se todos entendermos que "isso não é comigo" o mais certo é que aquilo que está em vias de se estragar , se estrague completamente. Depois, numa escola, há uma circulação de centenas de pessoas em cada hora, as coisas com o usos vão-se desgastando, se não houver uma atenção redobrada, por parte dos utentes, mas sobretudo por parte das responsabilidades de manutenção(seja da limpeza, seja da conservação) não se pode esperar que o uso não deixe marcas. E numa escola as marcas transformam-se em estragos e passam a comportar encargos que estão para além quer das disponibilidades financeiras, quer das competências da gestão. A solução tem sempre que ser encarada por cada um caso a caso; há escolas admiravelmente bem mantidas, outras cujos estragos já são irreversíveis. Dependendo da cultura interna, do ambiente escolar e do brio que aí se coloca

Maria de Fatima Leiria

[Responder](#)

Introduza o seu comentário...

Comentar como:

[Publicar](#)

[Pré-visualiza](#)

# Fundação GDR, Guilhermina de Deus Ramos

sexta-feira, 26 de junho de 2015

## Workshop On Line: Regulamentação em vigor e a gestão da manutenção do património: Como preservar o património requalificado?

Como preservar o património escolar requalificado?


Sobre o grau de desempenho ambiental assumido no Programa de Modernização dos estabelecimentos com Ensino Secundário, é referida a necessidade de dotar as escolas de novos meios tecnológicos, com vista a proporcionar um ambiente de trabalho adequado a cada espaço e permitir a sua utilização pelos diversos utentes (alunos, professores funcionários e outros) fez com que a sua remodelação ao nível das instalações técnicas tenha tido um peso elevado comparado com aquela que era a importância assumida pela vertente tecnológica no passado. Concomitantemente, o novo enquadramento legislativo, resultante da transposição de directivas europeias, nomeadamente na área da climatização e ventilação, acústica, acessibilidades e segurança, contribuiu de forma muito intensa para o aludido elevado peso da componente tecnológica.

Todo este desiderato do Programa de Modernização, foi naturalmente confrontado, com as condições da conjuntura em que teve de ser implementado, com reflexos posteriores na actividade de manutenção.

A regulamentação nacional e europeia, impõe um conjunto de procedimentos, acções e objectivos, que implicam a disponibilidade de recursos humanos, técnicos e financeiros, para a sua concretização.

Como garantir a manutenção e a preservação de todo este património, equipamentos e tecnologias, no contexto duma generalizada insuficiência de meios financeiros, decorrentes dos limites orçamentais na despesa pública.

Publicada por [Fundação GDR, Guilhermina de Deus Ramos](#) à(s) 17:45

 Recomendar este URL no Google

Sem comentários:

Enviar um comentário

Comentar como:

[Página inicial](#)

[Mensagem antiga](#)

Subscrever: [Enviar comentários \(Atom\)](#)

**Acerca de mim**

**Fundação GDR, Guilhermina de Deus Ramos**

[Ver o meu perfil completo](#)

**Arquivo do blogue**

▼ 2015 (2)

▼ Junho (2)

[Workshop On Line: Regulamentação em vigor e a gest...](#)

[Workshop On Line: A participação da comunidade edu...](#)